

reverá todas as metas sem

JORNAL DO BRASIL

Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na 6ª Carta de Intenção, que será elaborada agora em agosto, enquanto a missão dessa instituição estiver no país, deverá rever todas as metas econômicas anuais que foram traçadas para o Brasil na 5ª Carta, realizada em março deste ano.

Não é só o limite para o crescimento da moeda e dos meios de pagamentos que fatalmente deverá sofrer alteração, por ter praticamente estourado, no primeiro semestre, o objetivo visado que era de 50%. Também deverão ser objeto de modificação metas consideradas critério de performance pelo Fundo, com o crédito interno líquido, o déficit público nominal e operacional e o volume de reservas cambiais, já que no decorrer do primeiro semestre, devido à elevação da inflação e à acumulação de reservas, o quadro previsto para o comportamento dessas contas, ao longo do ano, mudou radicalmente.

Ao realizar a revisão, no entanto, a missão do Fundo Monetário Internacional, que se encontra no país desde domingo, não deverá exigir um novo pedido de explicação pelo não cumprimento das metas que haviam sido traçadas inicialmente (pedido de waiver), já que de janeiro a junho os itens que não se enquadraram não são considerados critério de desempenho: o crescimento da moeda e a taxa de inflação.

Duas alternativas até dezembro

Ontem, no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), ao se reunirem pela manhã com o vice-presidente da instituição, Paulo Guedes, os principais membros da missão do FMI, Thomas Reichmann e Ana Maria Jul, não expuseram seu pensamento a respeito dessa necessidade de revisão de metas e sobre quais seriam os novos limites. A missão do Fundo, disse Paulo Guedes, após o encontro, "apenas ouve, não fala". Os assuntos que interessaram os dois técnicos foram principalmente inflação, taxa de juros, open market, lei salarial, Sistema Financeiro da Habitação, reservas cambiais, negociação da dívida externa, desindexação, política monetária e fiscal.

Guedes assegura, no entanto, que tecnicamente haverá a necessidade de revisão global de metas. E deu seu ponto de vista pessoal. Ele considera que existem duas opções ou alternativas quanto a essa revisão: política monetária mais dura para o segundo semestre deste ano, que resultaria em crescimento econômico de 1% e numa taxa de inflação de 200%, ou política monetária mais flexível, que sancionaria a expansão prevista pela acumulação de reservas, gerando crescimento econômico de 2% e uma inflação de 220%.

No primeiro caso, para compensar a injeção de recursos na economia causada pelo aumento nas reservas cambiais — a posição das reservas em fins de julho estava em cerca de 5 bilhões de dólares — de acordo com o dirigente do Ibmecc, o FMI poderia exigir uma contração maior no crédito interno líquido — ou ativos líquidos internos das autoridades monetárias, com revisão detalhada item por

item, e discriminação de uma taxa de expansão menor, em cruzeiros. Seria necessário também, a fim de conter a expansão monetária, uma alteração na meta para o déficit operacional público.

Na 5ª Carta de Intenção ao FMI, o Brasil se comprometeu a apresentar um superávit operacional de 0,3% do Produto Interno Bruto e agora esse superávit talvez tenha que aumentar até dezembro, para neutralizar o crescimento imprevisto no déficit nominal, causado pela inflação mais elevada e, conseqüentemente, correção monetária e cambial também mais altas. Sobre o crédito interno líquido, o economista disse ainda que a transferência de obrigações das autoridades monetárias para o setor privado (financiamento à exportação, por exemplo) poderá auxiliar a obtenção da meta, mas mesmo assim o FMI pode exigir um endurecimento, ou seja, menor volume de crédito estatal para o setor privado.

Na segunda hipótese, o Fundo não realizaria modificações nessas metas, permitindo uma maior recuperação na economia no segundo semestre. Essa hipótese é mais difícil de ser aceita, no entanto, pelos técnicos do FMI, já que conceitualmente o Fundo defende o controle monetário e fiscal, mesmo colocando em risco o crescimento econômico do país que se encontra com problemas de desequilíbrio no balanço de pagamentos.

As outras visitas

Além do Ibmecc, a missão do Fundo também esteve na Petrobrás, onde visitou o diretor-financeiro, Orlando Galvão Filho; na Cacex, onde se reuniu com o superintendente da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Edgardo Amorim Rego; almoçou com economistas e também esteve no Banco Central.

Na Cacex, o membro da missão que realizou a visita foi Robert Sheehy, pela manhã, tendo manifestado interesse pelo estágio atual das operações feitas com base no repasse de financiamento pelo Eximbank, no volume 1,5 bilhão de dólares.

Edgardo Amorim Rego explicou que o Brasil tem até o dia 31 de março de 85 para realizar internamente as operações de financiamento de importação, com esses recursos. E até o dia 15 de setembro para o embarque de mercadorias. Foi dito ainda a Sheehy que as duas primeiras cartas de crédito emitidas com base no financiamento do Eximbank foram expedidas para empresas de Vitória, objetivando a importação de fertilizantes.

O silêncio

Como costuma ocorrer, o teor das conversas da missão do FMI com seus interlocutores mais uma vez foi transmitido apenas pelos brasileiros. Ao sair do Ibmecc, Ana Maria Jul se negou a prestar declarações e Reichmann várias vezes afirmou que informações só poderiam ser obtidas junto ao Governo brasileiro. O chefe da Divisão Atlântico do FMI só respondeu a poucas perguntas. Ao ser indagado se se preocupava com o quadro político e se pretendia conversar com Tancredo ou Paulo Maluf, disse:

— Continuo a negociar com o atual Governo. Não posso ter opinião sobre o momento político brasileiro.

pedir "waiver"

Aguinaldo Ramos (60)

terça-feira, 14/8/84 □ 1º caderno □ 18 57